

**Convenção Coletiva De Trabalho 2008/2009**

**Nº MERO DE REGISTRO NO MTE:** ES000104/2008  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 29/08/2008  
**Nº MERO DA SOLICITAÇÃO:** MR015174/2008  
**Nº MERO DO PROCESSO:** 46207.006504/2008-83  
**DATA DO PROTOCOLO:** 26/08/2008

**Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.**

SINDICATO DOS TEC IND DE NIVEL MEDIO NO ESTADO DO ES, CNPJ n. 30.948.756/0001-28, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). KEPLER DANIEL SERGIO EDUARDO;

E

SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA, CNPJ n. 59.940.957/0001-60, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). ALEXANDRE JOSE SERAFIM;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2008 a 30 de abril de 2009 e a data-base da categoria em 1º de maio.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **EMPREGADOS DAS EMPRESAS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA NO ESTADO DO ESPÍRITO**

SANTO, com abrangência territorial em ES.

**Salários, Reajustes e Pagamento  
Piso Salarial**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PISOS SALARIAIS**

Os pisos salariais são os constantes da tabela abaixo para os ocupantes dos respectivos cargos:

<b>CARGO/FUNÇÃO</b>	<b>VALORES</b>
a) Profissionais de nível superior	R\$ 1.276,00
b) Técnico Industrial de nível médio em todas as suas modalidades	R\$ 1.304,60
c) Auxiliar técnico, desenhistas copistas, secretárias e demais níveis técnicos	R\$ 547,80
d) Topógrafos	R\$ 910,80
e) Niveladores e Laboratoristas	R\$ 510,40
f) Piso Salarial	R\$ 479,60

PARÁGRAFO PRIMEIRO Os pisos salariais acima correspondem remuneração mensal, observada a duração semanal de trabalho, ajustada nesta Convenção.

PARÁGRAFO SEGUNDO Os valores acima se referem exclusivamente aos empregados que exercam funções correspondentes às suas habilitações profissionais.

PARÁGRAFO TERCEIRO Entende-se como Técnico Industrial de Nível Médio, todo profissional formado por escola técnica de 2º grau devidamente habilitada pelo MEC em curso reconhecido pelo CREA/ES, nos títulos especificados na Lei 5.524/68 e Decreto-lei 90.922/85 e devidamente registrado junto ao CREA..

PARÁGRAFO QUARTO - Para as funções com piso salarial especificado na presente convenção, ou outras funções, mesmo tendo o profissional a forma de técnico industrial, conforme descrito no parágrafo anterior, prevalece o piso específico da função.

#### Reajustes/Correções Salariais

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE SALARIAL

Os salários de todos os trabalhadores, empregados nas empresas de arquitetura e engenharia consultiva no Estado do Espírito Santo, serão corrigidos, a partir de 1 de maio de 2008, em 6,90 % (Seis vírgula noventa por cento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A variação integral será aplicada sobre os salários dos empregados admitidos até 30/04/2008.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As diferenças salariais relativas aos meses anteriores ao da assinatura da presente Convenção serão pagas num prazo de até 60 (sessenta) dias da homologação do presente instrumento na Delegacia Regional do Trabalho - DRT.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não serão compensados os reajustes e aumentos concedidos a título de mérito, promoção, transferência, implemento de idade ou a qualquer outro título, no período de 1 de maio de 2007 a 30 de abril de 2008, exceto aqueles concedidos a título de antecipação de reajuste salarial.

#### Pagamento de Salário - Formas e Prazos

#### CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO

As empresas comprometem-se a efetuar o pagamento dos salários até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus empregados, comprovantes de todos e quaisquer pagamentos a eles feitos, contendo a discriminação da empresa, do empregado, das parcelas pagas e dos descontos efetuados, nos quais deverá haver a indicação da parcela relativa ao FGTS.

PARÁGRAFO ÚNICO - As horas extraordinárias deverão constar no mesmo demonstrativo de pagamento, que discriminar seu número e as porcentagens de seus adicionais.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Em caso de substituição temporária, o empregado substituído terá direito ao mesmo salário do substituído, desde que mais vantajoso, a contar do primeiro dia da substituição.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RELAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO - INSS

As empresas deverão preencher as Relações de Salários de contribuição nos seguintes prazos máximos:

- a) para fins de auxílio: 48 (quarenta e oito) horas;
- b) para aposentadoria ou pecúlio: 10 (dez) dias.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros  
Adicional Noturno

#### CLÁUSULA NONA - DO ADICIONAL NOTURNO

Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20% (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.

**PARÁGRAFO ÚNICO** Considera-se noturno, conforme parágrafo 2º do Artigo 73 da CLT, o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte.

#### **Adicional de Periculosidade**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA PERICULOSIDADE E DA INSALUBRIDADE**

Será assegurado o pagamento do adicional de periculosidade e/ou insalubridade, nos casos previstos em lei.

#### **Ajuda de Custo**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DESPESAS DE VIAGENS E ESTÁDIAS**

As Empresas se comprometem a arcar com despesas de viagens e estadias a serviço, antecipando parte das mesmas, devendo o empregado prestar contas dentro da sistemática e prazos estipulados pela empresa.

#### **Auxílio Alimentação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

As empresas fornecerão aos seus trabalhadores que percebam remuneração até R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos Reais), gratuitamente, auxílio alimentação, através de Vale-Refeição, no valor de R\$ 12,00 (Doze Reais) por dia de trabalho.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** Os trabalhadores que recebam mais de R\$

1.800,00 (Um mil e oitocentos Reais) poderão participar do custeio do benefício, a critério da empresa, com percentual não superior a 20% (vinte por cento) do valor do auxílio-alimentação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os trabalhadores que recebem alimentação gratuita no local de trabalho perdem o direito ao auxílio-alimentação.

#### Auxílio Saúde

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas se comprometem a oferecer, aos seus empregados, planos de assistência médica e hospitalar de reconhecida capacidade e qualidade de atendimento, ficando a critério das mesmas, a sua eventual participação nos custos, condicionado ao desejo do trabalhador.

#### Auxílio Creche

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUXÍLIO CRECHE E PRÉ-ESCOLA

As empresas reembolsarão integralmente as suas empregadas mães, ou a seus empregados que detenham posse e guarda dos filhos, os gastos com creche para filhos de até 6 (seis) meses de idade, nos termos da Portaria n.3.296 do MTB. Após 6 (seis) meses concederão uma ajuda creche ou pré-escola de até R\$ 190,00 (cento e noventa Reais), mediante a devida comprovação das despesas efetivamente incorridas, até completar um total de 40 (quarenta) meses.

PARÁGRAFO ÚNICO - A escolha formal da empregada pelo sistema estabelecido na Portaria n. 3296/86 do MTB não desobriga as empresas do pagamento das demais mensalidades, a partir do 7º (sétimo) mês estabelecidas no caput desta cláusula.

#### Seguro de Vida

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO DE VIDA EM GRUPO

◆ facultativo a cada empresa providenciar ap◆lice de seguro de vida em grupo em favor de seus empregados para cobertura de acidentes pessoais dos quais decorra morte ou invalidez permanente, ocorridos em raz◆o ◆nica e exclusiva de atividade profissional do empregado e quando do seu exerc◆cio no ◆mbito do contrato de trabalho com a mesma empresa, ficando a crit◆rio das empresas, eventual participa◆◆o nos custos do seguro, condicionado ao desejo do empregado.

PAR◆GRAFO ◆NICO ◆ As empresas apresentar◆o todo m◆s c◆pia do recibo do seguro aos trabalhadores, quando solicitado pelos optantes pelo seguro.

#### **Aposentadoria**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DISPENSA DE EMPREGADO EM ÉPOCA DE APOSENTADORIA**

As empresas garantir◆o o emprego aos empregados com mais de 5 (cinco) anos de trabalho na empresa e que estejam a menos de 12 (doze) meses do direito ◆ aposentadoria. Adquirido o direito, extingue-se a garantia.

#### **Contrato de Trabalho ◆ Admiss◆o, Demiss◆o, Modalidades Normas para Admiss◆o/Contrata◆◆o**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CONTRATOS DE EXPERIÊNCIA**

Nos casos de readmiss◆o de empregado para a mesma fun◆◆o anteriormente exercida, n◆o ser◆ celebrado contrato de experi◆ncia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA CARTEIRA DE TRABALHO**

A CTPS recebida para anota◆◆es dever◆ ser devolvida ao empregado no prazo m◆ximo de 48 (quarenta e oito) horas. A entrega de quaisquer

documentos ao empregado deverá ser feita mediante recibo.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As empresas deverão anotar na CTPS a correta denominação das funções do cargo, não podendo adotar nomes que discrepem deste, observadas as respectivas regulamentações profissionais.

#### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS**

As empresas deverão proceder à quitação das rescisões contratuais nos prazos da Lei 7.855/89. Caso efetuadas com atraso estarão sujeitas à correção monetária idêntica prevista na legislação vigente para atualização de débitos trabalhistas, além de outras combinações legais.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Todas as homologações de rescisões contratuais serão realizadas preferencialmente na sede do Sindicato de Trabalhadores correspondente.

#### **Aviso Prévio**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO AVISO DE DISPENSA**

A dispensa do empregado deverá ser comunicada por escrito, qualquer que seja o motivo.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO AVISO PRÉVIO REDUÇÃO DE JORNADA**

No dia que lhe for entregue o aviso prévio, o empregado poderá optar pela redução de 2 (duas) horas no começo ou no final da jornada de trabalho, ou optar por 7 (sete) dias corridos no final do aviso.

**Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**



## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA CARTA DE REFERÊNCIA

As Empresas, nas demissões de empregados sem justa causa, e quando solicitado, se obrigam a entregar ao demitido uma carta de referência.

Relações de Trabalho e Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades  
Plano de Cargos e Salários

## CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO PREENCHIMENTO DE VAGAS

As empresas darão preferência ao remanejamento interno de seus trabalhadores em atividade, para preenchimento de vagas existentes em qualquer nível.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ao contratar ou promover preenchimento de cargos, não poderá em qualquer hipótese haver discriminação em razão de sexo, raça, cor, idade, estado civil, ter ou não filhos. A seleção deverá levar em conta tão somente a qualificação e/ou conhecimentos exigidos para o exercício da função.

Qualificação/Formação Profissional

## CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA RECICLAGEM TECNOLÓGICA (APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO)

As empresas proporcionarão treinamento tecnológico (aperfeiçoamento técnico) para os profissionais da área técnica, entendendo-se como tal a participação em cursos ministrados pela própria empresa ou terceiros, participação em seminários, congressos técnicos ou eventos similares de interesse do setor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As empresas divulgarão amplamente sua política de treinamento, bem como as previsões anuais de realização de cursos, eventos, seminários, etc., incentivando a participação do seu

corpo técnico.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As empresas incentivarão intercâmbio tecnológico de profissionais da área técnica, entre as empresas do setor de trabalho, com uma das formas de aperfeiçoamento profissional.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As empresas envidarão esforços na criação de mecanismos que possibilitem a adequada inovação tecnológica dos quadros técnicos e a transferência de conhecimento nas várias áreas da empresa.

**PARÁGRAFO QUARTO** - As empresas fornecerão ao Empregado desde que solicitado, declaração de cursos que o empregado tenha concluído na Empresa.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA POLÍTICA SETORIAL**

Os sindicatos contratantes empenhar-se-ão para realizar seminários repetidos anualmente, abrangendo o setor técnico e de engenharia do Brasil. Tais seminários terão a finalidade de promover amplas discussões para atualização dos conceitos e estratégias da ação política do referido setor, buscando encontrar alternativas viáveis para a geração de novos empregos, em consonância com o desenvolvimento tecnológico deste segmento da economia nacional, bem como a sua inserção no MERCOSUL e na economia mundial.

**Transferência setor/empresa**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO TRABALHADOR NO EXTERIOR**

Havendo necessidade de transferência de empregado para país estrangeiro, ou contratação para realização de trabalho no exterior, as empresas deverão comunicar ao Sindicato, e o contrato de trabalho atender às disposições da lei federal específica sobre a matéria. (LEI 7.064 de 6/12/82)

**Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA**

Ao trabalhador acidentado no trabalho ou portador de doença ocupacional, será garantida a permanência na empresa na forma e nos limites estabelecidos pelo artigo 118 da lei n.º 8.213/91, respeitadas as eventuais alterações que a mesma venha a sofrer.

**Estabilidade Adotada**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA GARANTIA À ADOÇÃO**

Será garantido emprego às empregadas que adotem e/ou obtenham a guarda judicial de criança com até 6 (seis) anos de idade, pelo período de 60 (sessenta) dias, contados a partir do término da licença legal (120, 60 ou 30 dias, conforme Lei nº 10.421 de 15 de abril de 2002 - DOU de 16/04/2002).

**Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DAS ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

As empresas se obrigam a efetuar o recolhimento da ART previsto na lei 6.496, para os projetos e estudos contratados, indicando ao menos um responsável técnico por especialidade, envolvido no projeto ou estudo.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Quando solicitado, as empresas fornecerão aos profissionais, detalhamento completo dos empreendimentos dos quais participem, de modo a possibilitar o preenchimento da correspondente ART ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, conforme determina a Lei n.º 496/77.

**Jornada de Trabalho Dura, Distribuição, Controle, Faltas Dura e Horário**

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA DURAÇÃO SEMANAL DO TRABALHO

As empresas manterão, sem redução de salários, jornada semanal máxima de 40 horas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para o pessoal que presentemente trabalha ou venha a trabalhar no campo ou fora de seus escritórios, prevalecerão as condições previstas na Legislação Ordinária vigente à época (um máximo de 44 horas)

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão mantidas, sem redução de salários, as jornadas de trabalho semanais menores que a estabelecida nesta cláusula, quer sejam praticadas por força de legislação específica ou norma costumeira.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ficam valendo as disposições contidas nesta convenção como acordo de compensação, inclusive para mulheres e menores, pela redução ou supressão de trabalho aos sábados e o correspondente acréscimo de jornada nos dias compreendidos entre 2ª e 6ª feira.

#### Prorrogação/Redução de Jornada

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extraordinárias serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora ordinária, na primeira hora do dia e 100% (cem por cento) nas horas subsequentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Deverá ser observado pelas empresas o limite máximo de que trata o artigo 59 da CLT de que a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento (ou desconto) das horas-extras (ou horas de ausência) será feito respeitando-se o valor do salário do mês em que o pagamento (ou desconto) estiver sendo efetuado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A quantidade de horas-extras (ou horas de ausência) a serem pagas (ou descontadas) em cada mês será obtida

respeitando-se o período de apuração do ponto nas empresas.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO REFLEXO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS E DO ADICIONAL NOTURNO**

As médias das horas extraordinárias, bem como do adicional noturno, refletirão no pagamento das férias, décimo terceiro salário, descanso semanal remunerado e verbas rescisórias.

**Faltas**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DAS AUSÊNCIAS ABONADAS**

As empresas considerarão, na vigência da presente CONVENÇÃO, como faltas justificadas ao serviço:

- I. 2 (dois) dias úteis, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica;
- II. 3 (três) dias úteis consecutivos, em virtude de casamento;
- III. 5 (cinco) dias, em caso de nascimento de filho, (no decorrer dos primeiros 12 dias) contados da data do nascimento;
- IV. 1 (um) dia útil, a cada 6 meses, em caso de doação voluntária de sangue;
- V. 2 (dois) dias úteis para se alistar eleitor;
- VI. 2 (dois) dias úteis para caso de adoção.
- VII. 2 (dois) dias úteis para cumprimento de convocatória do T.R.E.

**Férias e Licenças  
Duração e Concessão de Férias**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DO INÍCIO DE FÉRIAS**

As férias não poderão se iniciar em sábados, domingos, feriados ou dias de compensação de repouso semanal.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As empresas se obrigam a elaborar calendário de férias com no mínimo 6 (seis) meses de antecedência, cumprindo fielmente as obrigações da Lei.

**Saúde e Segurança do Trabalhador  
Equipamentos de Proteção Individual**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DOS UNIFORMES E EPI'S**

Os uniformes e roupas profissionais, quando exigidos, assim como os EPI's (equipamentos de proteção individual), serão fornecidos gratuitamente pelas empresas aos empregados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os empregados deverão observar as normas de segurança e medicina do trabalho, constituindo ato faltoso do empregado a recusa injustificada ao uso dos equipamentos fornecidos pela empresa.

**Relações Sindicais  
Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DAS MENSALIDADES SINDICAIS**

As empresas efetuarão o desconto de mensalidades e anuidades sindicais em folha de pagamento, mediante solicitação dos Sindicatos, com comprovação de autorização expressa do empregado sindicalizado, efetuando o depósito correspondente em contas corrente indicadas pelos Sindicatos em até 10 (dez) dias após a efetivação dos descontos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Quando solicitado pelos Sindicatos, as empresas lhes encaminharão, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o depósito, o comprovante bancário e a relação nominal dos associados, discriminando o valor de cada desconto.

Comissão de Fabrica

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO**

A comissão de negociação ser composta de 2 (dois) membros representantes dos empregados das empresas de arquitetura e engenharia consultiva no Estado do Espírito Santo, que permanecerão estáveis, durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, mais os representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores no máximo 2 (dois) integrantes por entidade.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DA PUBLICIDADE**

As empresas concordam em divulgar através de seus quadros de aviso, sob a inteira responsabilidade dos Sindicatos, informativos que tratam de assuntos de interesse dos empregados - vedados os de conteúdo político-partidário ou ofensivo - desde que os mesmos sejam encaminhados formalmente para afixação, através do órgão de pessoal da empresa.

Outras disposições sobre representação e organização

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA REPRESENTAÇÃO**

O SINTEC reconhece a legitimidade do SINAENCO como entidade sindical representativa da categoria econômica das empresas de arquitetura e consultoria em projetos de engenharia com atividade no Estado do Espírito Santo e o SINAENCO e as empresas do segmento de arquitetura e engenharia consultiva reconhecem a legitimidade do Sindicato dos Técnicos como entidade sindical representativa da respectiva categoria profissional em atividade no Estado do Espírito Santo.

**Disposições Gerais**  
**Regras para a Negociação**

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DA RENEGOCIAÇÃO**

As partes se comprometem a fazer uma reavaliação das cláusulas da presente CONVENÇÃO COLETIVA diante de situações excepcionais que justifiquem sua antecipação e/ou alteração na legislação salarial vigente, visando o equilíbrio das relações trabalhistas.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA MANUTENÇÃO DE VANTAGENS**

Ficam desde já acordadas e preservadas as condições existentes em cada empresa que forem mais favoráveis aos trabalhadores.

**Mecanismos de Solução de Conflitos**

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DO JUÍZO COMPETENTE**

é competente a Justiça do Trabalho para dirimir as controvérsias oriundas da presente CONVENÇÃO.

**Descumprimento do Instrumento Coletivo**

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO**

Fica estabelecida a multa no valor equivalente a R\$ 1,00 (um real), por empregado, por infração e por dia, nos casos de descumprimento das obrigações de fazer, constante da presente Convenção, revertendo o pagamento em favor da parte prejudicada.



KEPLER DANIEL SERGIO EDUARDO

Presidente

SINDICATO DOS TEC IND DE NIVEL MEDIO NO ESTADO DO ES

ALEXANDRE JOSE SERAFIM

Procurador

SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA